



Palácio Legislativo Água Grande

*Câmara Municipal*  
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

CM Paraguaçu Paulista

Protocolo 28-151 Data/Hora 07/10/2019 22:42:43

Responsável: *[assinatura]*

**PARECER Nº 015/19**

**RELATOR ESPECIAL**

Ao Projeto de Lei Complementar nº 014/2019

Autora: **Sra. Prefeita Municipal ALMIRA RIBAS GARMS**

Remissão parcial de créditos tributários no exercício de 2019, como incentivo ao contribuinte para pagamento da dívida ativa tributária.

**RELATÓRIO**

Nomeado pela Presidência da Casa para exarar, como Relator Especial, Parecer sobre o Projeto retro especificado, relato a seguir as observações que julgo pertinentes à matéria.

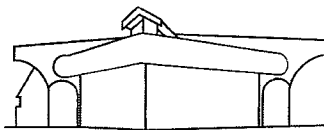
Este Projeto visa a remissão de créditos tributários como incentivo ao contribuinte para o pagamento da dívida ativa tributária, a fim de possibilitar que contribuinte, em débito com a Fazenda Pública Municipal, quite suas pendências.

A medida proposta prevê a redução de 100% do valor dos juros, multas de mora e da correção monetária para o contribuinte que efetuar o pagamento, em cota única até o dia 13 de dezembro de 2019, sendo que o benefício previsto não alcança os créditos relativos a tributos municipais, cujos fatos geradores ocorreram a partir do dia 1º de janeiro de 2019 e fraudes fiscais definidas como crime contra a ordem tributária.

No que tange aos aspectos orçamentários, a autora apresentou o demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro para renúncia de receita de natureza tributária, em conformidade com o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Caso a expectativa de recebimento dos valores atrasados venha a se confirmar, a renúncia poderá chegar a R\$ 1.700.800,08 (um milhão, setecentos mil, oitocentos reais e oito centavos).

Segundo justificativa do projeto, constatou-se que a arrecadação do Município, referente à dívida ativa tributária, foi incrementada com a concessão de incentivos, seja com a remissão das obrigações acessórias ou com o PERT.

Quanto aos aspectos relacionados à iniciativa e competência, o projeto encontra-se devidamente enquadrado nos termos do art. 275, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 30, inciso I e art. 61, § 1º, inciso II, letra "b", ambos da Constituição Federal.



Palácio Legislativo Água Grande

*Câmara Municipal*  
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Após analisar o Projeto, não encontrei vícios que possam impedir sua tramitação, emitindo, assim, **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei Complementar nº 014/2019, em conformidade com o Parecer favorável expedido pelo Procurador Jurídico da Casa concernente à matéria, reservando ao Plenário a decisão final.

Palácio Legislativo Água Grande, 7 de outubro de 2019.

  
**PAULO ROBERTO PEREIRA**  
Relator